

# Apresentação do livro Ditadura civil-militar no Brasil – o que a psicanálise tem a dizer

Mario Pablo Fuks

Resenha de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes; Flávio Carvalho Ferraz (orgs.), *Ditadura civil-militar no Brasil – O que a psicanálise tem a dizer*, São Paulo, Escuta/Sedes Sapientiae, 2016, 164 p.

Este livro que está sendo lançado constitui, sem a menor dúvida, uma realização muito importante, que enaltece o Departamento de Psicanálise e a instituição Sedes da qual ele faz parte. Tal como muitos livros do Departamento, é fruto de uma atividade coletiva anterior. Mas neste caso tratou-se de um evento muito especial, incomum e instigante, que se insere num momento de forte significação histórica – os 50 anos do golpe de Estado que, em 1964, deu início à ditadura civil-militar – e no qual todos fomos levados a nos

debruçar sobre um passado traumático, repensá-lo e ressignificá-lo, porque poder fazê-lo era, e continua a ser, muito importante para todos nós. Como disse Dodora no próprio título de sua abertura, há que apropriar-se do passado para poder construir o futuro (p. 13).

O evento que lhe deu origem foi elaborado com uma concepção muito acurada e criativa do que deveria ser a experiência coletiva proposta. Teve um primeiro tempo destinado a mobilizar memórias, ativar lembranças, recuperar vivências que ficaram cindidas, dar voz ao que foi silenciado, através de dispositivos montados com o auxílio de uma equipe muito qualificada de psicodramatistas<sup>1</sup>.

Kaës diz que “uma rememoração compartilhada e comunicada é necessária para o esforço requerido para a criação da história. Para que essa experiência ocorra é necessário que se estabeleça a confiança. O traumatismo sofrido nas catástrofes sociais destrói a confiança e, pior ainda, transforma suas vítimas em estrangeiras de uma história da qual não podem apropriar-se”<sup>2</sup>.

Uma historização como a que propiciou esse evento comporta também a possibilidade de uma transmissão geracional. O Departamento inclui uma faixa importante de membros que eram crianças de escola nos primeiros tempos da ditadura e de muitos membros jovens que nem a conheceram. Este tipo de trabalho vem sendo, ao mesmo tempo, um fator de resistência à opressão de novas formas de poder e de certo modo de subjetivação em que a história e a temporalidade tenderiam a desaparecer.

Quanto às mesas-redondas, psicanalistas, jornalistas, advogados, convocados com a finalidade de contribuir para a compreensão “do que ainda nos é tão contemporâneo e doloroso”<sup>3</sup>, foram escolhidos com muito critério. Basta ver o sumário do livro<sup>4</sup>. Eles desenvolveram suas intervenções seguindo vários eixos temáticos: verdade e farsa, memória e esquecimento, lei e estado de exceção, punição e impunidade.

Procurando aprofundar o diálogo entre psicanálise e política, foram exploradas as ligações possíveis entre o mito freudiano de uma

1 Ver, na Introdução, textos de Heidi Tabacof e de Camila Salles Gonçalves.

2 R. Kaës, Rupturas catastróficas y trabajo de la memoria: notas para una investigación, in: J. Puget; R. Kaës, (orgs.), *Violencia de estado y psicoanálisis*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991, p. 162.

3 Os organizadores: Apresentação (p. 7).

4 Mesa 1 – Verdade e farsa: Alberto Dines, Maria Rita Kehl e M. Chnaiderman (debatedora); Mesa 2 – Memória e esquecimento: Maria Cristina Ocariz, Moisés Rodrigues da Silva Junior e J. Frochtengarten (debatedora); Mesa 3 – Lei e estado de exceção: Caterina Koltai, Flávio Carvalho Ferraz e Maria Aparecida Kfoury Aidar (debatedora); Mesa 4 – Punição e impunidade: Belisário dos Santos Jr., Paulo Endo e Mara Caffé (debatedora).

**Mario Pablo Fuks** é psicanalista e psiquiatra, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, professor do Curso de Psicanálise, coordenador do curso Psicopatologia Psicanalítica e Clínica Contemporânea. Coautor, com Sílvia Alonso, do livro *Histeria* (Casa do Psicólogo, 2004). Co-organizador e coautor, com M. Ramos e cols., do livro *Atendimento psicanalítico da anorexia e bulimia* (Zagodoni, 2015), e autor de diversos artigos publicados em coletâneas e revistas.

proto-história de dominação e crueldade, que se repete nos períodos de opressão, e os importantes trabalhos sobre o *Estado de exceção*, de G. Agamben, constituído em paradigma do Estado moderno.

Essas articulações permitem desvendar o *modus operandi* da opressão no caso das ditaduras latino-americanas. As graves e massivas violações dos direitos humanos configuraram uma política de Estado destinada à “domesticação da cidadania”<sup>5</sup> em toda a América Latina. Os conceitos psicanalíticos de desamparo, crueldade e onipotência despótica permitem situar a prevalência do traumático a partir da dessubjetivação produzida pelo terror de Estado, mas permitem entender também por que e de que maneira, diante da imposição do silêncio, do encobrimento, da recusa e do esquecimento, diante da claudicação do sentido induzida e perpetuada pelo poder civil-militar, torna-se possível contrapor-lhes a potência do acolhimento, da criação de espaços de fala e a existência de uma escuta sensível. Permitem ver como operam a restituição da função simbólica da palavra, o trabalho da memória e a sustentação de um desafio: dizer o indizível, testemunhar, criar narrativas possíveis para vivências impossíveis de transmitir. O que está em jogo aqui é uma posição ética, inerente à prática psicanalítica, que se faz presente nos trabalhos dos analistas nas diversas áreas em que eles intervêm. Nas Comissões da Memória e da Verdade, nas Clínicas do Testemunho, em fóruns de denúncia e debate sobre os atuais enclaves de exceção existentes na ordem jurídica como uma herança da ditadura. É o caso da Lei da Anistia, que permanece intocada desde sua sanção e que perpetua a impunidade dos algozes, dando sustento à permanência da violência de Estado. O Brasil é o único país latino-americano que não julgou e condenou os torturadores, ou seja, que não produziu nenhum ato simbólico e efetivo que pudesse barrar de vez essa prática, em que as polícias continuam militarizadas e em que são torturados hoje em dia mais pretos, mais pobres e jovens do que durante a ditadura. Os militares se negaram a reconhecer sua participação

nesses atos e contribuir para seu esclarecimento. Os corpos não foram achados.

Alberto Dines diz, em certo momento:

Não pretendo discutir a Lei da Anistia já que, aparentemente, ela veio para ficar, mas o que também deve ficar para sempre é o compromisso de buscar a verdade. Essa é uma espécie de religião sem divindades. Essa foi a religião de Espinoza, essa foi a religião de uma série de grandes benfeitores da humanidade não religiosos, ateus, descrentes, céticos ou agnósticos: buscar a verdade. E a verdade não está contida no culto estante de datas e ritos formais de passagem; a verdade está contida num exercício intenso, penoso, paciente e desconfortável de ir em frente sem esquecer o que ficou para trás (p. 40).

Mas aproveite essa citação de Dines sobre a religião para falar-lhes de uma lembrança que me surgiu, de muitas décadas atrás, referida à Madre Cristina – quando, com um grupo de analistas argentinos, estávamos chegando ao Brasil e, pouco depois, ao Sedes. Acabávamos de conhecer a Madre e ser convidados a ficar na instituição a fim de ajudar no trabalho que se estava desenvolvendo no Sedes. Era o ano de 1977. Lembro que entrei neste auditório por um corredor central. À esquerda as janelas, maiores; o chão horizontal e, ao fundo, na parede, o crucifixo. À frente, à minha direita, de pé, Madre Cristina apontando para o crucifixo e dizendo: “Este homem era também um jovem lutador que foi torturado e morto por uma ditadura que teve, no entanto, a decência de devolver o corpo para sua mãe”.

Estivemos conversando sobre isso aqui, uma semana atrás, junto com Dodora, com a Vera Paiva – filha do deputado Rubens Paiva, desaparecido durante a ditadura militar. Ela não conhecia esse episódio e disse que essas palavras da Madre Cristina deveriam ser grafadas nas paredes do auditório. Mesmo que as palavras causassem em mim um impacto afetivo muito grande, em que o susto não estava ausente, lembro aquele momento com alegria, lembro a admiração que me causaram a coragem e a lucidez de sua fala, assim como o interesse suscitado por esse processo

de politização que se estava produzindo nessa instituição religiosa bem peculiar. Lembro, por exemplo, de ter visto no *hall* de entrada um anúncio sobre uma conferência a cargo de um padre, talvez um seminarista, sobre a prática teológica como processo de trabalho, remetendo às ideias de Louis Althusser.

Para concluir, o que a psicanálise tem a dizer neste livro sobre a ditadura nos serve não só para compreender o passado, mas também para pensar no presente e no futuro de nossa democracia, fragilizada como ela está – por uma falência da legitimidade no campo institucional; uma gestão crescentemente autoritária, repressora e policial,

dos conflitos políticos; pelo acirramento da intolerância e do preconceito alimentados desde o poder e desde as mídias e pela possibilidade, muito consistente, de uma perda, a curto prazo, de direitos sociais arduamente conquistados.

Em meio ao penoso exercício de contraponto entre farsa e verdade, em que se transformou a leitura do jornal toda manhã, pode acontecer também algo mais liberador, como a alegria sentida dias atrás ao encontrar-me com a notícia de que, na ocupação do Canecão, Chico Buarque, convocado a chutar a primeira bola do futebol democrático, decidiu cantar “Apesar de você amanhã há de ser outro dia”.

5 Expressão do jurista paraguaio Justo Prieto, retomada por Belisário dos Santos Jr. (p. 121).